

O fim da inocência:

um ensaio sobre os atributos do saber policial de rua

Jacqueline de Oliveira Muniz

Como citar: MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. O fim da inocência: um ensaio sobre os atributos do saber policial de rua. *In:* SOUZA, Luís Antônio Francisco de; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de; SABATINE, Thiago Teixeira (org.). **Desafios à segurança pública:** controle social, democracia e gênero. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 13-41.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-280-2.p13-41>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O FIM DA INOCÊNCIA

UM ENSAIO SOBRE OS ATRIBUTOS DO SABER POLICIAL DE RUA¹

Jacqueline de Oliveira Muniz

Era o seu primeiro dia de trabalho como soldado policial militar (SDPM) nas ruas do Rio de Janeiro. Já havia sido “passado a pronto” logo após a conclusão do curso no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - a PMERJ². À primeira vista, a “missão para pagar” era bem simples. A papeleta de serviço informava que se tratava de “preservar a ordem pública”, cumprindo o plano de patrulha ostensiva estabelecido para um trecho do bairro de Copacabana, em uma guarnição motorizada composta por mais dois policiais militares.

¹ Este ensaio se beneficia do meu convívio com os policiais militares nestes 17 anos de pesquisa de campo, e inspira-se nas reflexões inicialmente esboçadas em minha tese de doutorado *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser. Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*, IUPERJ/UCAM, 1999.

² Nos termos da atual constituição brasileira, as polícias militares constituem “forças auxiliares” e “reservas” do exército. Sua atribuição é a “preservação da ordem pública” e, por sua vez, o exercício das atividades policiais de patrulha. As chamadas “PM” são organizações policiais estaduais com estrutura militar e subordinadas ao governador de estado.

Contudo, havia algo de excepcional para o jovem policial naquilo que parecia já ser uma rotina para os demais PM³. Era a sua primeira vez, para valer! O momento ritual do seu batismo de verdade e ele, sob o olhar gazeteiro e acolhedor de seus experientes companheiros, ainda se ocupava de reprimir o juramento feito no dia da formatura e de colocar mentalmente em revista tudo que havia aprendido de polícia na escola.

Confessa, muito emocionado e um tanto encabulado, que ao entrar para a polícia, tinha também se deixado iludir pelos filmes e seriados de TV que alimentam o nosso senso comum sobre o mundo policial. Uma ingenuidade de início de carreira que foi sendo gradativamente desencantada no vagar pelas ruas, esquinas e becos da cidade. Uma fantasia que foi perdendo as suas cores nos encontros com os distintos públicos que jurou “servir e proteger”. Uma inocência rapidamente perdida nas interações, nem sempre com final feliz, com os diversos outros de nós que, por meio da dramatização de seus conflitos, se inscrevem na, e renegociam a, ordem pública que desejam e consentem que seja policiada. Relata convencido que, na vida real, o trabalho de polícia não admite “vedetes” e que as fitas policiais, indiferentes à complexidade da vida ordinária e à invisibilidade dos cidadãos comuns e seus dramas, projetam os seus holofotes sobre um “mocinho” que sempre “atua sozinho” e “sem planejamento”; que “nunca obedece a lei” e que, por tudo isso, se torna “um grande herói”, sendo ainda “premiado com a mulher mais bonita da estória”.

Apesar das brincadeiras e da “pagação de terror” que seus colegas “cascudos” faziam no intuito de descontraí-lo, o jovem PM, naquele dia, dizia-se ansioso e muito preocupado em fazer a coisa certa, em “tirar polícia sem vacilo”. Lembra-se, aos risos, que seus calejados companheiros insistiam em lhe dizer: “bola da vez, não adianta tanta teoria, a prática é outra coisa”. Uma coisa, ao menos, o dedicado “bicho” sabia: era preciso “ler as ruas”, pois só aprendendo a reconhecer o que se passa nas ruas ele poderia adquirir o “olho técnico” e o “faro” policiais.

³ A expressão “PM” é amplamente utilizada, dentro e fora do meio policial, para caracterizar tanto a organização quanto os seus integrantes independente de sua patente ou atribuição. No entanto, no uso cotidiano, reporta-se aqueles policiais lotados nas atividades fim de patrulha ostensiva, os quais pertencem aos níveis hierárquicos inferiores como os soldados, cabos e sargentos.

Já circulando pelas ruas de Copacabana, diz ter experimentado a novidade de construir, em ato, o seletivo processo de observação. Mas, o que observar? O que deveria constituir o seu campo de vigilância? Para onde olhar? Onde começa e termina a ordem pública cuja preservação lhe foi atribuída? Tudo parecia saltar aos seus olhos como algo diferente, instigante e potencialmente perigoso. Tudo, “tudo mesmo”, poderia naturalmente ser convertido em objeto de cuidadosa suspeita e atenção. Enfim, qualquer coisa parecia destacar-se de maneira singular da paisagem urbana, agora sob vigília: os avisos luminosos das boates, o barulho de uma sirene, e o entra e sai das pessoas nos bares, a família de mendigos embaixo de uma marquise, o cachorro revirando o lixo, o homem correndo pela calçada, a rodinha de jovens na esquina, a jovem mulher (ou um travesti?) ajeitando eroticamente a sua cinta-liga, o carro parado no acostamento com a luz interna acesa, o casal gesticulando de forma desmedida em um ponto de ônibus, a freada brusca em um cruzamento, a sala de um prédio comercial acesa na madrugada, o bêbado rodopiando com um grande embrulho nas mãos. Tudo parecia merecer o enquadramento do seu olhar alerta e em prontidão. Tudo parecia retirá-lo de uma desgastante forma de espera rumo ao frenesi das formas de ação. Tudo parecia, então, demandar o imediato pronto-emprego de seus meios, do meio de força policial.

Pergunto como é imaginar a cidade e suas personagens da janela de uma radiopatrulha? Muitas eram as suas preocupações: afinar os ouvidos para discernir os “sons das ruas”, seus ruídos e silêncios; reconhecer e decifrar os mais distintos comportamentos, códigos e linguagens; capturar os mais inesperados movimentos; educar o olhar para ver “o que está por trás das coisas”, procurando identificar o que antes estava presente, e ele não via. Era preciso ser ostensivo, colocar-se em movimento, “ver e ser visto” para vigiar, para poder policiar indivíduos, grupos e territórios.

Havia muitas dúvidas e uma perturbadora certeza: “alguma coisa está acontecendo agora em algum lugar, como saber e como antecipar?” Enquanto o jovem PM de primeira viagem se via afogado pelos inúmeros estímulos saídos das ruas, e se esforçava por identificar algo “anormal” em um ambiente que ele mesmo teria começado a estranhar, seus colegas de ronda pareciam fazer o patrulhamento displicentes, conversando animados sobre coisas alheias ao trabalho policial. E, para a sua perplexidade, foi

no exato momento em que o bate-papo sobre a última roda de pagode seguia acalorado que os PM mais velhos pararam rapidamente a viatura e abordaram dois rapazes “brancos e boa pinta” que andavam discretamente pela calçada. A surpresa não foi pequena: os “*playboys*” estavam armados e portavam uma razoável quantidade de papélotes de cocaína. Após “encerrar a ocorrência” na delegacia distrital, sua indagação não foi outra: “como vocês sabiam disso?” A resposta obtida de seus companheiros foi para ele tão inesperada quanto o seu *début* com um flagrante: “Ah! Isso vem naturalmente, você vai sentir, é só olhar” responderam os colegas de guarnição. Disse que só conseguiu compreender inteiramente o que lhe foi ensinado naquele dia depois que havia adquirido mais experiência de patrulha. Concluiu dizendo que para ser um bom policial nunca se deve parar de aprender a fazer polícia com as ruas.

Do rico e inesgotável mundo policial tem algo que particularmente intriga a nossa imaginação. Refiro-me a um tipo de conhecimento peculiar esculpido nas ruas das cidades e que tem, de longa data, inspirado a sensibilidade de escritores, roteiristas, cineastas e pesquisadores. As ficções, as novelas e os filmes policiais retiram a sua matéria-prima desse curioso saber, ora enunciado em uma versão romântica e dramática, ora caricaturado através de ações heróicas e espetaculares.

De fato, esse parece ser um tipo de saber que, nascido da trivialidade da vida ordinária, imerso na dramaticidade das violações vividas no cotidiano e exposto à irredutibilidade do acaso e da incerteza, se presta a toda sorte de encantamentos e fabulações. Sua obviedade desafia, seu pragmatismo seduz, sua crueza assusta, seu sentimentalismo surpreende, seu moralismo incomoda e sua nostalgia comove.

O contato com uma espécie de conhecer saído da urgência dos fatos e da demanda dos outros, que se confunde com o fazer e a presteza do agir, nos faz pensar que os policiais que patrulham as ruas nas nossas cidades sabem de coisas que não sabemos ou que não queremos perceber. Sua sabedoria é constituída aqui na esquina, dia após dia convivendo, de uma forma explícita e sem mediação, com a dimensão volátil, cômica, dissimulada, humilhante, violenta, confusa, vulnerável, trágica e freqüentemente patética daquilo que chamamos de humano. Algumas narrativas policiais falam da experimentação de um conhecimento elaborado a partir do “pior de nós

mesmos”. Reportam-se a um saber que se constitui como uma testemunha ocular daquelas manifestações que preferimos privadas ou que ambicionamos sempre que possível esconder. Retratam um modo de recortar o mundo que se faz estruturado e aberto às sucessivas colisões com o “lado desagradável da vida”. Um tipo de saber em estado de alerta, sempre “preparado para o pior” dos mundos possíveis. Um PM, que há muito “tira polícia” no trânsito, penetra profundamente em uma psique contraída e tensa. Um PM que interveio em cenas de assassinato, que preservou inúmeras vezes locais de homicídios e que socorreu vítimas de crimes sexuais nos diz coisas que o dramaturgo e romancista Nelson Rodrigues talvez só tenha imaginado. O que os policiais militares aprendem a saber não está ordenado em um formato científico, não aparece quantificado ou traduzido nas estatísticas, não pode ser demonstrado com números, tabelas e gráficos. Este saber atrelado ao episódico, constrangido pelas contingências, parece querer resistir à padronização. Ele está ali em cada evento, na memória prodigiosa de cada policial. Ele é parte indissociável da trajetória de vida e das experiências individuais vividas por um personagem que deve aprender a observar - de um lugar em movimento (a ronda), de um lugar vigilante e suspeito - nós, os “outros” personagens que desenham o cenário urbano. Este tipo de saber descobre-se atento ao menor indício de “anormalidade”. Ele está à procura do que se encontra “fora do lugar”, ele se põe em perseguição a tudo aquilo que pareça, à primeira vista, “incorreto”, “indevido” e “inadequado”:

Quando você é polícia de verdade, você está sempre querendo saber o que está acontecendo ao seu redor. Isto está entranhado dentro da gente. Eu faço isso até na minha folga. Quando eu vejo eu estou fazendo isso até quando eu levo a minha mulher para passear. Se você vê um policial mudando de calçada, sentando na cadeira detrás do ônibus, procurando uma parede para se encostar, escolhendo uma mesa do fundo da churrascaria, pode ter certeza que ele está procurando alguma coisa errada, ele está tentando se antecipar, aí ele procura uma posição para controlar melhor a situação. Eu tenho o meu jeito que é ficar sacando o olhar das pessoas. (Sargento da PMERJ).

Os “mundos” que os policiais da *botton line* visitam e que constituem o seu próprio **mundo policial** são apresentados à linguagem como difíceis de descrever, duros de explicar e, em boa medida, desagradáveis de assistir e de freqüentar por muito tempo. É preciso “ter

estômago” para socorrer um homem anônimo caído na calçada sufocando-se em seu próprio vômito. É preciso segurar a sensação de repulsa diante de cenas nas quais se encontram indivíduos mutilados, corpos baleados feito peneiras e cadáveres em decomposição.

Os PMs da “ponta da linha” privam de um saber que dói e pode fazer doer, e que por isso, prefere ser partilhado com outros policiais e, às vezes, com familiares e sua rede de convivência mais próxima. As reservas em comungar esse saber com outras pessoas – mesmo as mais íntimas - resulta, em parte, da percepção de que esse conhecimento, em toda a sua nudez, choca, expõe as feridas e desencanta. Ele traz à cena da linguagem “a nua e crua realidade” da vida em seus atos de segredo e revelação, que vão do egoísmo mais oportunista à expressão mais generosa de compaixão.

Eu estava fazendo patrulhamento na praça do Lido e eu vi a noiva do meu melhor amigo de infância ali com outras garotas de programa. Eles estavam de casamento marcado. Lá onde a gente mora ela sempre se comportou direito, sempre foi honesta. Todo mundo gosta dela, e para todo mundo ela trabalha à noite como acompanhante de idoso aqui em Copacabana. Ela não é analfabeta não, ela têm o segundo grau completo e um curso técnico de enfermagem. Eu não pude acreditar no que eu estava vendo. O meu amigo foi o primeiro namorado dela. Quando eu saí do trabalho, eu fui falar com ela. Ela me disse que ela só estava fazendo isso porque ela queria ajudar o meu amigo a terminar de construir a casa deles. Ela chorou muito e pediu para eu não contar para ninguém porque ela ia parar com essa vida. Até hoje eu não falei nada, mas eu fiquei na minha vigiando ela. Eu não vi mais ela por ali e as outras garotas falaram que ela tinha sumido. Depois que eu virei polícia eu comecei a ver que todo mundo tem um lado que quer esconder. (Soldado da PMERJ).

De alguma maneira, o saber policial de rua desumaniza aqueles que o fabricam e contaminam os que dele partilham.

Eu não disse para a minha mulher que eu precisei matar um vagabundo. Eu e meu parceiro surpreendemos um elemento assaltando as pessoas no ponto de ônibus. O bandido empreendeu fuga e nós fizemos o cerco e enquadrámos ele. Ai, eu gritei para o camarada: Se entrega porque você dançou! É brincadeira, você acredita que o marginal sozinho, se protegendo atrás do poste, cresceu para cima da gente. Ele atirava e gritava: Seus putos, seus PMs de merda! Meu parceiro acertou o joelho do vagabundo e ele caiu atirando na gente. O cara não parava de atirar.

Aí, eu mandei bala nele. Ele morreu tentando me acertar. Eu fiquei muito alterado, eu fiquei com isso na cabeça: eu matei, eu matei. Eu fui para casa nervoso. A minha mulher perguntou o que tinha acontecido e eu só falei que tinha me desentendido no serviço. Aí eu pensei: se eu contar ela vai ficar pensando “meu marido matou um homem, meu marido matou um ser humano. Meu marido pode matar alguém de novo”. Eu passei muito tempo tendo um mesmo sonho: o vagabundo ia morrendo e ia apontando a arma para mim. (Sargento da PMERJ).

Em suas redes de sociabilidade, os policiais distribuem e fazem circular o seu saber das ruas de forma extremamente seletiva. As situações reais ou imaginárias de tensão e perigo, mesmo que estilizadas e abrandadas ou revestidas de uma retórica moral, heróica e voluntarista, são por eles consideradas pesadas e, até ser ponto, impróprias ao convívio pessoal. Para um tipo de saber que se apresenta como iniciático, parece ser preciso aos comuns dos mortais ingressar em um círculo restrito de confiança. Faz-se oportuno “entender o lado da polícia” ou fazer parte de sua “comunidade ampliada”, aderindo às estratégias de cooptação de sua envolvente narrativa. Mostra-se relevante construir alguma dose de cumplicidade, cuja moeda de troca é uma certa identificação compensatória com os “direitos humanos do policial” face ao seu alegado déficit de reconhecimento público. Como contar que quase ao final do expediente sua radiopatrulha foi alvejada por indivíduos não identificados? Como contar que um antigo companheiro de guarnição foi ferido mortalmente em uma operação especial?

Nesse tempo todo que eu estou na PM eu acho que eu já passei por tudo. Eu já ajudei a fazer parto, eu e meus companheiros conseguimos escapar de uma emboscada organizada por um marginal que eu tinha prendido. Eu já tive que levar muita gente para o hospital. Eu já salvei a vida de muita gente. Nesse tempo todo que eu tirei polícia, três companheiros de guarnição foram mortos pela bandidagem. Eu estava ali na hora. O último morava perto de mim, era um grande companheiro. Nós não voltamos para casa juntos. Eu fiquei pensando: o que eu vou dizer para a mulher dele, para o filhinho dele? Um dia desses aí, eu estava na minha folga e eu impedi um assalto em um restaurante. Eles eram três e renderam o gerente. Eu estava no ponto de ônibus e um senhor gritou por socorro. Eu consegui prender eles. Eu não ganhei premiação porque eu não matei ninguém. Sabe o que eu ganhei? Eu ganhei uma úlcera, eu tomo remédio para hipertensão, até doença de pele por causa dos nervos eu já tive. Eu não ganhei

premiação porque eu não matei. Mas não tem nada não, eu estou com a minha consciência tranqüila, minha consciência está limpa com Cristo. (Sargento da PMERJ).

De fato, o lado desagradável da vida não se configura como um tema de bate-papo aprazível, causando a imediata impressão de que o seu enunciador possui um apelo mórbido e escatológico, fazendo as vezes de uma ave de mau agouro. Diferente de outros profissionais, os policiais aprendem, na prática, a represar reações como nojo, náusea, vertigem ou mal-estar nos eventos com os quais se deparam em suas rotinas. Da mesma forma, costumam poupar os ouvidos do seu interlocutor, construindo um tipo de conversa gradual, defensiva, sob censura e em camadas acerca dos bastidores do dia-a-dia do seu trabalho. Descrever o socorro a um indivíduo com ataque epiléptico, narrar a condução de alguém com uma faca cravada na cabeça para o hospital, relatar um suicídio por enforcamento ou retratar um tiroteio entre a polícia e bandos armados, eventos que fazem parte da rotina de atendimento policial, requer a introdução de filtros morais e pedágios argumentativos.

Para os PMs das mais baixas patentes a vida recortada pelas lentes do saber policial não costuma estar fielmente retratada nos filmes policiais, e muito menos nos romances e seriados de TV. A sordidez do seu relato, a sua “verdade”, parece não se deixar ser plenamente traduzida em outra linguagem que não aquela dos fatos reais que advertem sobre a dureza da vida. E isto de tal maneira que os policiais freqüentemente falam com ironia e um certo ar de ressentimento sobre o que é mostrado do mundo deles. Um mundo que, constituído de dentro e vivido desde o subterrâneo dos nossos mundos sociais, é vivenciado como um “mundo a parte” quando na superfície das relações sociais e de suas razões de classe, cor, renda e estatus. Ainda que guardem uma especial predileção pelos chamados “filmes de ação”, os seus comentários convergem para o mesmo ponto: “tem muito de fantasia, é uma grande ilusão”. Uma epopéia que até gostariam de copiar, transvertendo a realidade policial com algum glamour não apenas pela assimilação de uma falsa regularidade das ações policiais destemidas, mas sobretudo pela aquisição dos brinquedos tecnológicos de última geração exaustivamente explorados nos *trailers* policiais.

O que o dever-saber conquistado através dos diversos tipos de patrulha “tirados” faz com cada PM individualmente é parte integrante da pedagogia afetiva de sua aprendizagem informal. Mostra-se perturbador para um policial o esforço cognitivo de separar, por exemplo, os sentimentos que afloram durante a intervenção em um caso de exploração sexual infantil ou um acidente fatal envolvendo crianças, das emoções referidas aos seus próprios filhos. Durante uma visita que fiz à Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul, alguns anos atrás, eu tive uma oportunidade etnográfica preciosa ao ser convidada para jantar com dois simpáticos e inteligentes oficiais superiores, em uma agradável chopperia. O tema de nossa conversa inicial girava em torno dos países e dos costumes que cada um de nós tinha conhecido e das futuras viagens que gostaríamos de fazer. Mas a discussão sobre o mundo policial era inevitável. Nós sabíamos que em algum momento ela aconteceria.

Estimulado por minha curiosidade provocativa e pelo papel que creditavam a mim como uma antropóloga, ou nos seus termos “a polícióloga” que “entende o lado humano do policial”, um dos oficiais resolve me contar aquele que foi um dos dias mais dramáticos de sua trajetória profissional. Ele havia recebido um chamado que informava a ocorrência de um foco de incêndio em uma vila⁴ extremamente miserável nos arredores de Porto Alegre⁵. Lá chegando com a sua guarnição, constatou que o incêndio se alastrava com muita velocidade pelos barracos construídos de madeira e papelão. Imediatamente os policiais e bombeiros brigadianos ali presentes começaram o trabalho de resgate e salvamento das vítimas. Conta que o que via era terrível: pessoas em estado de choque, outras completamente descaracterizadas pelas graves queimaduras etc. Homens, mulheres e crianças gritavam de dor e de desespero. Seu relato seguia recheado de detalhes comoventes e assustadores. Diz-me que o fogo já tinha tomado conta de tudo e que havia pouco a fazer para tentar salvar os poucos bens que aquelas famílias possuíam. Enquanto seguiam no dramático processo de resgate e rescaldo, uma mulher visivelmente transtornada grita por socorro e agarra o meu confidente, dizendo que seus dois filhos ainda se

⁴ No estado do Rio Grande do Sul, as chamadas “favelas” ou comunidades vulneráveis aos riscos sociais são chamadas de “vila”.

⁵ O Corpo de Bombeiros do estado do Rio Grande do Sul faz parte da “Brigada Militar” que corresponde à organização policial militar responsável pelo patrulhamento ostensivo.

encontravam no interior do barraco. Imediatamente toda a guarnição dirigiu os seus esforços para salvar as crianças. Fala emocionado que apesar de todo o empenho e mobilização não foi possível “salvar a vida daqueles dois inocentes”. Enquanto tentavam entrar no barraco, este já inteiramente incandescente começou a se dissolver feito “um saco de papel”. Neste momento eles ouviam os gemidos das crianças e, impotentes, observavam chorando os seus vultos em chama no meio dos destroços. Um dos policiais entra em estado de choque, começa a gritar e vai ao encontro das chamas sendo impedido pelo seu companheiro. A mãe e os demais familiares desesperados gritam pelo nome das crianças. Revela-me que “todos viram as crianças pegando fogo e não puderam fazer nada”. “Todos nós ouvimos os gemidos derradeiros delas até o mais completo silêncio”. Os familiares revoltados e, sob o impacto da tragédia, não paravam de acusar os policiais de terem deixado os seus filhos morrerem. Conta-me, revivendo a trágica cena chorando, o quanto foi doloroso segurar em seus braços aqueles corpos carbonizados, transfigurados pelo fogo e pelo carvão. Fala que esta foi uma cena que os policiais ali presentes jamais esqueceram. Encerra o seu relato dizendo-me que ao chegar em casa, abraçou sua mulher e seus filhos – que tinham a mesma idade das vítimas – e permaneceu ali chorando e rezando por um longo tempo.

Enquanto esse episódio infeliz ia sendo contado, as pessoas que estavam em mesas muito próximas à nossa, mostravam-se incomodadas e desconfortáveis com o que se viam obrigadas a escutar. Apesar da discrição de nossa conversa, aqueles que conseguiam ouvi-la, foram, pouco a pouco, perdendo a descontração, o paladar e o apetite. Tentavam falar mais alto, contar uma piada engraçada e mesmo mudar as cadeiras para cada vez mais longe de nós. Uma moça que comia uma pizza começou a ter reações de náusea e se encaminhou ao banheiro. Após esse triste relato, fomos espontaneamente compelidos a voltar conversar sobre “coisas mais amenas”, como os últimos shows a que tínhamos assistido.

Experimentações tão intensas como a que foi acima reproduzida podem levar à lapidação da perspicácia e do discernimento metódico – insumos indispensáveis ao trabalho policial de rua -, mas também produzem marcas profundas que se manifestam tanto pelas demonstrações de solidariedade, quanto pela explicitação de uma aparente frieza e distância

emocionalmente protetoras. Policiais de diversas polícias falam dos estados afetivos abruptos que vivenciam no dia-a-dia das ruas, os quais misturam expressões díspares de ódio e piedade, desprezo e generosidade (GRAEF, 1989). Relatam como a vivência recorrente de situações antagônicas e por vezes fatais, conduzem a uma espécie de “embrutecimento” pessoal, a elaboração de uma “casca” defensiva. Assim como psiquiatras e médicos legistas acostumam-se com eventos extremos e decrépitos, os policiais acostumam-se a assistir e a se interpor às mazelas humanas. E, diante delas, desenvolvem mecanismos de auto-defesa, nos quais se incluem encenações de indiferença e de negação da alteridade, da mesma forma que a teatralização de um pessimismo moral e de um cinismo extrovertido (REINER, 1992). A construção de uma percepção ácida e também debochada da realidade revela-se, por exemplo, em um tipo de humor amargo e provocativo. Numa primeira visada, ele soa como uma variação intencional e “politicamente incorreta” das chamadas piadas de gosto duvidoso, como expresso no trocadilho “direitos humanos para humanos direitos” amplamente conhecido no meio policial brasileiro.

As mais distintas realidades visitadas pelos policiais militares durante a sua jornada de trabalho conformam um saber-fazer que procura se equilibrar nos extremos, que se capacita a lidar com o que se mostra como desproporcional, paradoxal e disparatado em nossas condutas. Um PM, com algum tempo de patrulha, logo aprende que as situações que aparentam ser menos perigosas e que não se caracterizam como criminais à primeira vista, são precisamente aquelas que podem explodir com um alto grau de violência. Logo descobre que os conflitos domésticos, de gênero e intrafamiliar que, a princípio, envolvem atores conhecidos que não possuem uma carreira criminosa, trazem uma alta carga emocional suficiente para multiplicar as oportunidades reais de risco para os litigantes e para o próprio policial que foi chamado a intervir.

Outra lição aprendida na pedagogia experimental das ruas é aquela que adverte que os mais trágicos resultados também estão vinculados a “motivos fúteis”, aos pequenos conflitos e aos eventos não intencionais como, por exemplo, os acidentes de trânsito que quase sempre produzem muitas vítimas. A constatação de que as coisas da vida seguem cursos mais complexos do que a lógica linear que determina uma falsa

proporcionalidade entre causas e efeitos - algo do tipo eventos pequenos geram pequenas conseqüências - contribui para a conformação de um saber empiricista que se curva às evidências e que se reconhece como atravessado pelos imponderáveis da vida social. Um saber-agir que se faz no aqui e agora dos conflitos e em seus próprios atos, no curso mesmo dos acontecimentos, diante do que se revela como contingente. Um saber-fazer que acredita-se disposto a manobrar com a potência do acaso, habilitado a buscar modos e meios de ação em ambientes de incerteza e risco, a tentar equilibrar-se entre os fins da política de policiamento e as distintas finalidades ou apetites morais dos sujeitos policiados. A experimentação do perigo, mesmo que na sua pura idealidade, impõe a este saber-prático a construção discricionária de decisões coercitivas de força que se inscrevem entre a exigência de produção de alternativas de obediência consentida a um determinado pacto político-social e o risco sempre presente de sua extrapolação em uma deliberada e reprovável sujeição.

O dever-saber das ruas, mergulhado na idiosincrasia das circunstâncias, das situações voláteis e fugidias, prima pela sua adaptabilidade ou pela sua concessão ao imprevisto. Beneficia-se de alguma medida de autonomia criativa e do senso de oportunidade. No cumprimento de sua escala de trabalho, o PM converte-se em um “faz-tudo”, um tipo de especialista que se generaliza no atendimento às demandas de uma cidadania que se vê em risco, em confronto ou em conflito. Porque se reconhece, e é reconhecido, como a autoridade que dispõe do recurso de força e que está autorizada a usá-lo frente tudo aquilo que venha a ser considerado uma ameaça aos direitos e garantias da comunidade policiada (BITTNER, 1967, 1970), o PM faz o papel de parteiro, domador de animais domésticos, mensageiro, assistente social, acompanhante, paramédico, conciliador, balcão de informações, psicólogo, motorista, conselheiro sentimental, educador e, por tudo isso, agente da lei que, até mesmo, “combate o crime”. A expectativa social de pronto-emprego e de presteza policiais no encaminhamento de soluções para um repertório infindo de problemas, conduz ao desenvolvimento de um saber-agir que considere e articule diversas habilidades que possibilitem ao policial saber-ser “um pouco de tudo, para fazer um pouco de cada coisa”.

Mas, um saber que aprende a “saber se colocar nas situações”, ainda que não goste nem um pouco de perder a autoridade de sua razão, vê-se compelido a assimilar as irracionalidades das práticas sociais (MUNIZ; SILVA, 2010). Vê-se levado a “dar algum crédito” às razões do outros que contextualizam as intenções e justificativas de suas atitudes que mobilizam a, e direcionam as reações diante da, presença da polícia. Ao “dá o seu jeito” para responder a qualquer demanda cidadã, esse saber tende a apresentar-se, em sua narrativa, como um acervo pessoal de preceitos e práticas resultante de um modo próprio, o do policial, de exercer o fazer de polícia. A aplicação pelos PMs do Rio de Janeiro do que seja a “doutrina policial” está inserida em um processo de particularização, comum em sociedades hierarquizadas e desiguais como a brasileira, que não se restringe à personalização do policial, mas compreendem os demais atores e os conflitos nos quais se inserem, assim como os territórios policiados (LIMA, 1995; MUNIZ; PROENÇA JR, 2007a). Em parte por conta disso, esse saber, que se individualiza no ato da fala e que se envaidece de sua oralidade que o coletiviza, confunde-se, em boa medida, com a trajetória individual de cada PM. Trata-se de um saber que persegue a singularidade, em especial a dos seus portadores, disponibilizando-se à linguagem do senso comum como um testemunho de vida. Por um lado, o percurso institucional pelos diversos tipos de polícia “tiradas” (operações especiais, controle de multidão, radiopatrulha, emergência, trânsito, polícia montada etc.) e, por outro, o relicário de experiências individuais construído a cada caso atendido, conformam o estoque de percepções e “macetes” que estão distribuídos entre os policiais de forma heterogênea, descontínua e pessoalizada.

Este saber tratado como pessoal faz-se também um saber-companheiro. Suas dinâmicas informais de aprendizagem e transferência, por vezes ignoradas pelos mecanismos formais de ensino, ordenam-se por uma experimentação conjunta do vivido, cujo acesso se dá seletivamente pela demonstração de um determinado mérito: o de fazer por merecer a confiança e o respeito dos pares convertendo-se em mais “um de nós”. Seu procedimento de generalização parece ter como premissa oculta a crença em uma natureza humana comum, representada por um sujeito

moral e psicológico universal, que serviria de substrato para as vivências particulares, conferindo inteligibilidade e validação em sua partilha.

Há um outro aspecto que favorece a personalização desse saber tecido nas ruas. Este diz respeito à prestação dos serviços ostensivos de polícia cujo balcão de atendimento é o próprio PM que está na esquina ou circulando em uma viatura. Trata-se de um serviço ambulante e individualizado, uma espécie de “franquia ocupacional” exercida por cada soldado, cabo ou sargento da polícia militar alocado nas atividades de patrulha. O enraizamento do princípio da autoridade legal e legítima na vida cotidiana das pessoas - que condiciona a própria natureza da polícia - impõe este tipo de exigência à realidade do trabalho policial de ponta (BITTNER, 1974). Sob a presente condição, as informações (esculpidas no varejo das interações com os cidadãos) e a instrumentalização do seu emprego (que se traduz em habilidades acionadas de acordo com a demanda) são usualmente percebidas e valorizadas como derivadas do “estilo pessoal de trabalho” de cada PM. Neste sentido, a “forma de trabalhar” nas ruas, ainda que faça uso das capacidades e competências aprendidas nas escolas, adquire, na prática, uma roupagem personalizada que leva em consideração e superdimensiona o que sejam as características individuais como o “jeito do policial” ou a sua personalidade, a sua estória de vida e seus saberes prévios, os seus humores, o seu “caráter que vem do berço”, sua disposição para o trabalho e, mesmo, a sua afinidade com o “tipo de polícia tirado”.

A ampla latitude moral deste tipo de saber-ser tão individualizado e flexível aos clamores sociais, ao que seja a opinião pública do momento e, sobretudo, ao que se denomina de “vontade política” do governante possibilita, por exemplo, que alternativas díspares de ação possam simultaneamente conviver sem que umas se imponham às outras ou sejam pensadas como superiores *a priori* (PROENÇA JR; MUNIZ; PONCIONI, 2009). Enquanto “produtos desta sociedade que está aí” e “cumpridores das ordens do governo”, os PM não se ocupam de advogar a propriedade e a utilidade universal de seus próprios modos de atuação, e muito menos se mostram refratários a outras formas alternativas de intervenção, nas quais se incluem as práticas controversas e heterodoxas. Imbuídos de um realismo tirado das ruas e de posse de um saber-ouvir as pressões sociais

e, especialmente, o que “manda a política” de segurança, eles procuram aproximar a sua cota de conhecimentos formais e informais dos fragmentos de realidade descontínuos e fugazes nos quais são chamados a intervir, como um assalto em uma rua movimentada da cidade ou uma “briga de ponto” entre camelôs⁶. Porque os PMs estão todos os dias nas ruas lidando com um elenco de situações supostamente idênticas e, ao mesmo tempo, irreduzíveis entre si, eles aprendem a saber que os fatores circunstanciais presentes em cada episódio enfrentado devem ser levados em conta, sob pena de se multiplicar a oportunidade de efeitos indesejáveis para si mesmos, para os cidadãos e para o governo (MUNIZ; PROENÇA JR, 2007b). Saber-ouvir corresponde a manter um ouvido alerta para o que vem de quem manda e um outro atento para o que vem das ruas. Para saber-agir e “fazer o que é certo” é preciso saber-negociar o próprio lugar conferido à “autoridade policial”, construindo uma boa medida entre as diversas e conflitantes vozes de comando. Parece ser preciso conciliar, no caso brasileiro, a ambição democrática de uma igualdade em direitos com a realidade de uma cidadania atravessada por razões particularistas que evocam o “direito a diferença” em um fazer-se desigual (MUNIZ; SILVA, 2010).

É evidente que esse tipo de visão de mundo não pretende negar a pertinência e a propriedade do conhecimento formal ou do saber escolarizado para a desejada profissionalização da polícia. A questão central não está na recusa deliberada do que sejam as normas legais e as diretrizes políticas que conformam e validam o universo das práticas policiais socialmente autorizadas. Mas no modo como os conhecimentos formais elaborados e aprendidos abordam a sua aplicação. Em outras palavras, na forma pela qual o conteúdo destes elementos prescritivos do mandato policial considera a *práxis* de polícia ou reflete alguma ordem de diálogo e convergência com a natureza do trabalho policial e seus atributos intrínsecos.

Assim, o que o saber policial de rua denuncia é o risco de desatenção em relação aos elementos circunstanciais em favor de um enquadramento formal e purista da imposição da lei e da ordem que, em termos concretos,

⁶ Especialmente nas grandes cidades brasileiras, as expressões populares “camelô” e (vendedor) “ambulante” referem-se aos comerciantes de rua inseridos tanto na economia formal quanto na informal ou clandestina que vendem seus produtos em bancas ou pontos fixos, assim como em movimento, com alguma anuência das autoridades de fiscalização das posturas municipais. Camelô origina-se da palavra *camelot* que em francês significa “vendedor de artigos de pouco valor”.

desconsidera as instâncias de discricionariedade que informam o fazer real de polícia e, com isso, compromete a sua qualidade decisória (*workmanship*) e os seus resultados (PUNCH, 1983). Face à complexidade da demanda pelos seus serviços e diante da própria realidade de um meio (consentido e comedido) de força, a polícia, todo PM aprende rapidamente que as orientações políticas, os dispositivos normativo-legais e os procedimentos operacionais, quando desencarnados das experiências concretas de policiamento, tendem a ser interpretados como de pouca serventia.

É evidente que um saber premido pela ocasião, construído e recapitulado a cada atendimento, apresente uma forte propensão para superestimar uma leitura contextual dos eventos e dos seus cursos. Talvez por isso, muito freqüentemente ouvimos um PM ponderar que, apesar da existência de procedimentos-padrão, em “situações particulares” a prescrição acaba sendo suspensa ou adaptada por conta das circunstâncias que as conformam. Se este tipo de contextualização é freqüente na retórica policial de rua, fica suficientemente claro para os pragmáticos policiais que a norma opera como uma referência para a ação (SKOLNICK, 1994). Os desvios e as divergências em relação à sua execução não são exceções e nem muito menos acidentes de percurso. Na rua, se “faz tudo diferente” porque a própria aplicação da norma, cuja execução é, por natureza, discricionária, envolve a sua necessária adequação seletiva ao mundo real. O que seja o “mundo da lei” precisa ser interpretado e, por sua vez, ajustado às diversas realidades que compõem as “leis do mundo”. O curso de ação escolhido para intervir em um certo evento, criminal ou não, resulta de um processo reflexivo que considera, ao menos, três dimensões essenciais de discricionariedade: a decisão da cidadania que escolhe acionar ou não a polícia; a decisão de governo que determina as estruturas, as capacidades e as competências policiais à luz de suas prioridades políticas; e a decisão do policial que, sob as exigências normativas de seu mandato público, escolhe os meios e os modos para agir diante dos fins da política pública. Desta maneira, o processo decisório policial considera a natureza, os riscos e os perigos simbólicos associados ao evento sob intervenção e, com isso, minimamente pondera sobre as alternativas técnicas de ação disponíveis para a polícia, a oportunidade de validação legal e de chancela política para essas alternativas e a possibilidade de aprovação ou sanção dos cidadãos

sobre a decisão tomada, seus resultados e conseqüências. Em termos ideais, a solução policial ambiciona ser tecnicamente qualificada, confirmada legalmente, politicamente orientada e tolerada socialmente. Ela precisa ser razoável, ela precisa ser aceita, ela precisa ser útil.

Um saber que se mostra vaidoso de sua utilidade e atento a tudo aquilo que emerge ora como prescritivo, ora como contingente não se confina à máxima de uma “prática (que) nega a teoria”. Há neste saber uma teoria nativa que parece por à luz do dia a expectativa de fabricação de uma justiça que se espera “justa”. Identifica-se neste saber uma vontade de “fazer justiça” aos fatos que manifesta-se como moralizadora quando enseja, ou é demandada a, “passar um corretivo”, “dar uma lição de moral” ou “enquadrar uma conduta”. Compelido a produzir alguma solução, mesmo que provisória, para os nossos conflitos no seu tempo presente, o saber policial de rua compartilha um sentido substantivo, popular de justiça, situando-se no hiato entre o apetite da lei e a vontade de ordem (SKOLNICK, 1994; KLOCKARS, 1999; FOUCAULT, 2003). Ao se apresentar aos litígios antes da mediação judicial e seguir sendo mobilizado para além de suas alternativas jurídicas de solução, este saber acionado pelas chamadas emergenciais à polícia, inscreve-se na assimetria existente entre o repertório finito das expressões formais de legalidade e a infinidade de modos de produção de legitimidade, os quais vivificam as regras sociais do jogo de resolução de conflitos. Se o sistema de justiça para ser justo deve atuar “pós fato”, a polícia para se fazer justa, merecedora de seu mandato, precisa agir “no fato”, não somente antes de acontecer, não apenas depois do acontecido mas, especialmente, durante o acontecimento que mobiliza sua atenção.

De certo modo, este saber que aparece como uma espécie de alter ego social, ou nos termos de Bittner (1974) como o “senão” da sociedade, carrega consigo um certo tom missionário ou proselitista. Sua economia discursiva, que quando oportuno também “paga sermão”, encontra-se a serviço de uma “moral da sociedade”. Ela acredita estar “do lado certo” e não se furta a evocar a conversão dos sujeitos à civilidade ou a “boa ordem” por meio do controle disciplinar de suas condutas e intenções (FOUCAULT, 2005, 2008). Este saber - dispositivo, ao ter como fundamento a produção de obediências, vigia e se põe em vigília diante da possibilidade sempre

aberta de servir a opressão, de “perder a razão” e deixar-se conduzir pelo destempero de seus portadores ou dos indivíduos sobre os quais intervém.

Esta forma de saber-fazer para saber-ser, que vai se experimentando para produzir respostas imediatas para os problemas também imediatos, revela um certo gosto pelo que é intenso. Chamado a atuar na emergência das pessoas, das coisas e das situações, este saber manifesta-se através de uma apropriação presentista da temporalidade. A profundidade da experimentação do presente, do que é iminente e inadiável para os “outros”, está posta para qualquer PM que patrulha a cidade. Ela contribui para um recorte singular de uma cronologia que privilegia o tempo dos acontecimentos. Que volta-se para a sua “hora da verdade”, o aqui e agora dos nossos receios, medos e inseguranças, e empreende uma espécie de caçada pela interioridade do que ocorre entre o tempo de abertura e o tempo de fechamento de uma ocorrência policial. Parece indispensável a esse saber coercitivo, que tem no recurso à força a sua divisa, ser capaz de agenciar no processo decisório a intensidade dos outros e a suficiência de seu próprio fazer.

Inscrito, portanto, na urgência prescrita por aqueles que mobilizam os serviços da polícia, esse saber que prediz o futuro e que reordena o passado pelo espírito do presente, parece não poder prescindir do que sejam os atributos não racionais, ou melhor, de tudo aquilo que classificamos na vida ordinária como “emocional” e “intuitivo”. A fenomenologia da ação policial cotidiana, faz uso do mundo das emoções como um recurso que deve estar a seu serviço.

Quando o lado racional falha e o lado militar falha também, a gente apela para a emoção, a gente se apega à intuição que todo o polícia tem. (Cabo da PMERJ).

Na rotina de patrulha, os policiais experimentam de forma densa e irregular estados afetivos díspares: caminha-se do mais monótono tédio ao mais agudo estágio de alerta e apreensão, assistem-se desde reações emocionais contidas até agudas manifestações de desespero. Quando se lida ou se vê exposto a situações que envolvem todo tipo de sentimento, como ódio, indignação, fúria, desprezo e medo, desenvolve-se alguma economia do afeto que se demonstre capaz de promover o autocontrole para a administração dos estados emocionais dos outros. Espera-se, por

exemplo, que o policial mostre-se habilitado a atuar de uma forma superior ao descontrole emocional típico das pessoas comuns em situações de crise. No atendimento às ocorrências isso se traduz, por exemplo, em “não aceitar provocações”, “não entrar no jogo das pessoas para não perder a razão” ou a “moral de polícia”.

A “intuição policial” – expediente afetivo extremamente valorizado nas ruas – ora se apresenta como um recurso decisivo rumo à tomada de decisão, ora como uma poderosa justificativa face à ação empreendida e os seus resultados. Diante de situações difusas ou de difícil categorização, os pressentimentos ou o “sexto sentido do policial” assumem um papel decisivo na condução dos eventos. O saber “sentir a situação” para saber-agir não se detém lá onde o que seja a “conduta racional do policial” paralisa. Sua busca por algum sentido que oriente a tomada de decisão segue guiada por uma forma de enquadramento intuitivo da realidade, que põe a seu serviço um sistema classificatório que distingue e hierarquiza a periculosidade de pessoas, atitudes e eventos em função, por exemplo, do que os perigos simbólicos e os riscos morais ou objetivos podem representar para os outros e para os próprios policiais. Estereótipos e clichês sobre indivíduos, suas identidades e trajetórias sociais mesclam-se a conceituações jurídicas, psicológicas e criminológicas sobre as práticas humanas. Entre metáforas e conceitos, este saber que vigia toma de empréstimo alegorias e racionalizações que possam vir a serem úteis e funcionais à práxis do policial. Nem tanto ao céu e nem tanto a terra, os PMs aprendem que necessitam saber-ser “razoáveis”, situando-se entre o que “manda a lei” e o que se demanda como “paz social” e “preservação da ordem pública” num dado contexto. Observa-se um tipo de sociologia nativa do desencanto que tem na desconfiança prévia e na encenação de uma postura ressabiada a expressão de um circuito de trocas assimétricas entre policiais e policiados, irremediavelmente moderadas pela expectativa presente do potencial ou do concreto de força que caracteriza o exercício legal e legítimo da autoridade policial. Uma vez que “todos mentem para a polícia” e “todos querem ter (alguma) razão” parece ser preciso por em circulação um saber defensivo que saiba “agir como uma autoridade”, buscando manter-se tanto acima das “meias-verdades” quanto protegido dos riscos de identificação com a performance das vítimas e agressores.

Em suas narrativas percebe-se que os PMs sentem-se mais confortáveis e seguros naquelas situações cuja atuação se constrói em oposição a um “criminoso” claramente configurado como tal, ainda que nestas ocorrências a possibilidade de resistência violenta à autoridade policial esteja colocada desde o seu início. De fato, os PMs mostram-se mais confiantes em seus próprios métodos e performances naqueles episódios que são previamente classificados como um “crime em andamento”. Nestas ocorrências, “a polícia sabe o que a espera”, porque os policiais conseguem minimamente presumir e caricaturar o “comportamento-padrão” ou o “*modus operandi*” dos seus costumeiros oponentes: “de arma na mão eles [os criminosos] são todos valentões; é só desarmar que eles se comportam como adolescentes rebeldes”.

O mesmo não procede quando se trata daquelas situações conflituosas, imprecisas do ponto de vista penal, e que envolvem, sobretudo, querelas entre pessoas comuns ou “cidadãos de bem”. A ambigüidade e, mesmo, o andamento desses conflitos dificulta a classificação antecipada das partes envolvidas em termos de “vítimas” e “agressores” típicos. É, por excelência, neste último grupo de eventos que a dupla exigência de legalidade e legitimidade da ação policial e, por conseguinte, o exercício da discricionariedade são postos em questão. Principalmente em um contexto no qual os PMs de baixa patente se vêem com “direitos de menos” e reconhecem nos cidadãos “direitos demais”. No mundo dos conflitos domésticos e interpessoais, o chamado “fator surpresa”, que se faz presente tanto na atitude dos envolvidos, quanto no desenrolar dos fatos, adquire, do ponto de vista policial, proporções extremamente elevadas, dificultando a elaboração antecipada de padrões uniformes de conduta esperada e, por sua vez, o acionamento de reações policiais típicas. Isto se traduz em um problema real da ação de polícia: enquanto nas colisões com os chamados “bandidos” a preocupação maior do PM é a possibilidade de inação (“fiz menos do que devia e podia”), nas interações com os “cidadãos ordeiros” a sua questão é a possibilidade do excesso de iniciativa (“fiz mais do que devia e podia”). Esse é, certamente, um dos clássicos dilemas morais vividos no dia-a-dia pelos policiais, cujas conseqüências e sua repercussão na sociedade e para o próprio mandato policial são igualmente complexas e problemáticas.

É precisamente aqui, neste último cenário, que a intuição policial é chamada a contribuir de forma decisiva. E não apenas para reduzir a insegurança quanto à escolha dos modos e dos meios de intervenção, mas também para justificá-los diante dos seus fins políticos ou da missão policial recebida, face a um questionamento latente ou explícito acerca da esperada proporcionalidade do uso da força empregada. De toda maneira, diante das resistências à mediação policial vindas dos sujeitos criminalizados e dos “cidadãos honestos” que mereceriam um voto policial de confiança, o saber de rua apela intuitivamente para o que os policiais interpretam como sendo o amplo, e nem sempre harmônico, “bom senso”. Em um universo no qual a cidadania é hierarquizada por distintos endereçamentos – classe, status, gênero, cor, orientação sexual etc. – ter “bom senso” pode corresponder a saber-fazer uso de um “senso de justiça” situacional que afirme a expectativa de igualdade em direitos dos cidadãos considerando a desigualdade em privilégios de seus pertencimentos sociais.

Um outro aspecto fundamental do saber policial de rua é a sua comunhão ou os seus planos de contigüidade com outros saberes que orientam as personagens que vivem das ruas ou estão freqüentemente nas ruas, transitando pelas dimensões ocultas, clandestinas, periféricas e informais da cidade. O chamado “conhecimento de (sua) área” desenvolvido sobretudo pelas figuras que circulam na noite, como os boêmios, os porteiros, as prostitutas, os travestis, a população de rua, os jornaleiros, os taxistas, os bandos de jovens etc., aproxima-se bastante daquele que vai sendo elaborado pelos PMs. O mapeamento das territorialidades dos sujeitos, dos seus fluxos, dos seus códigos informais de convivência, enfim, dos seus dispositivos de sociabilidade, reconhecimento e aceitação, faz parte do empreendimento daqueles que redefinem a cidade através de suas inserções, e que disputam os seus lugares inscrevendo neles a sua própria forma de estar no mundo. De certa maneira, essas personagens estão – como os policiais – atentos ao seu próprio “pedaço” e aos seus trajetos, observando e “vigiando” a cidade em nome das suas paixões, sentidos e interesses. Estão, cada um ao seu modo, fabricando alguma ordem, auto-referida ou ampliada, por meio de seus mecanismos informais de controle e regulação. Todos eles, invariavelmente, sabem o que acontece ao seu redor, quem entra e quem sai dos seus territórios, “quem está fazendo o quê” e “o que está procurando”.

Tradicionalmente, o acervo de informações contido no “conhecimento de área” caracteriza-se como objeto de cobiça dos PMs. As interações amistosas com os atores que estão nas ruas e as “colaborações forçadas com a autoridade policial” dos indivíduos que se encontram no limiar da clandestinidade (como os flanelinhas⁷, os camelôs e os apontadores do jogo do bicho⁸), dos que são colocados à margem da vida social (como os “sem-teto” e os mendigos) ou dos que apresentam uma identidade social estigmatizada (como os “jovens drogados” e os “profissionais do sexo”) constituem uma regra não escrita do trabalho cotidiano de polícia. Afinal, a vigília dos outros e de seus próprios atos, o sentido do policial está posto especialmente para aqueles que ingressam de uma forma ilegal, clandestina ou informal na gramática ampliada das ruas. É isto de tal maneira que os sujeitos que vivenciam a cidade pelo seu vagar, estão a negociar os seus “pontos” de fixação ou de deslocamento e, com isso, realizam, no limite dos seus territórios físico e simbólico, uma forma do controle social que é empreendido profissionalmente pelos policiais em todo o espaço urbano. Assim, as representações e práticas das múltiplas cidades recortadas por cada tribo urbana são visitadas, a convite ou não, pelos PMs no cotidiano de suas rondas. O trabalho diuturno de patrulha, a missão de “preservar a ordem pública” compele os policiais a cruzarem as fronteiras simbólicas, a ingressarem em outros mundos morais e a minimamente decifram os seus sentidos para policial o que sejam as distintas ordens que estas realidades fazem aparecer.

⁷ A expressão “flanelinha” é freqüentemente usada para designar aqueles trabalhadores informais que prestam pequenos serviços aos motoristas que estacionam os seus carros nas vias públicas, tais como indicar ou reservar vagas, auxiliar nas manobras realizadas e vigiar os carros estacionados. O pagamento por estes serviços ocorre por livre consentimento do motorista ou, principalmente, pela coação que conta, por vezes, com a chancela velada de policiais ou guardas municipais que fiscalizam uma certa área. A origem do nome resulta da antiga prática do uso da flanela para limpar os carros. De acordo com a legislação brasileira a atividade de flanelinha pode ser interpretada como uma contravenção - o “exercício ilegal de profissão” -, ou mesmo uma prática associada aos crimes de “extorsão” e “formação de quadrilha”. Nas principais cidades brasileiras a atividade informal de “flanelinha” convive com a prestação regulamentada deste serviço realizada pelas prefeituras.

⁸ O “Jogo do bicho” é uma das práticas de jogo ilegal mais populares no Brasil. Trata-se de uma bolsa ilegal de apostas em números que representam animais e cujas “bancas” ou “pontos do bicho”, com anotadores ou “apontadores” das apostas, encontram-se distribuídos por territórios controlados pelos chamados “bicheiros” ou “contraventores”. Estes são também conhecidos como “bem-feitores” ou “presidentes de honra” de várias “escolas de samba” no Rio de Janeiro, por exemplo. O jogo do bicho foi inicialmente criado, em 1892, pelo barão Viana Drummond, fundador e proprietário do primeiro jardim zoológico do Rio de Janeiro no bairro histórico de Vila Isabel.

A afinidade do saber policial de rua com esses outros saberes ordinários e informais põe em evidência uma importante característica comum a todos eles: a baixa visibilidade das sintaxes produzidas nas ruas. Construído a partir da vivência do subterrâneo e das encruzilhadas da vida em sociedade, este tipo de conhecimento é objeto de emprego e circulação restrita entre aqueles que, de alguma forma, perderam a sua inocência experimentando e decifrando as derivas da cidade. Silencioso e inaudito, ele resulta das dinâmicas de interação e observação de atores sociais cujos discursos, ainda que produzam ruídos na “boa ordem”, têm a sua legitimidade “sob suspeição” pelo seu convívio com o que seja considerado o lado desregrado, potencialmente atraente e perigoso da vida.

Para alguns estudiosos de polícia, uma das razões pelas quais o processo discricionário policial de tomada de decisão segue sendo tratado como uma caixa preta refratária a responsabilização ou a produção de *accountability*, reporta-se ao fato de que ele se centra, principalmente, em torno da vida de pessoas cujas vozes contam muito pouco ou tendem a ser tuteladas quando do seu ingresso na agenda pública⁹. É raro que um PM tome alguma decisão que afete as condições de vida dos membros das classes média e alta. Normalmente, estes segmentos sociais mais bem posicionados no mercado da cidadania dispõem de outros meios além da polícia para resolverem os seus conflitos e, por isso, costumam experimentar a sua interferência, ou melhor, a sua presença contínua sobretudo na forma do controle do tráfego, nos conflitos e acidentes de trânsito. Contudo, para o resto dos cidadãos comuns – em particular, os pobres e a classe média baixa - o policial se destaca como uma autoridade investida de um expressivo poder de intervenção. O que um PM faz ou deixa de fazer altera de forma mais direta e substantiva as suas vidas. Os atendimentos assistenciais (que respondem por uma parcela significativa das ocorrências registradas pela PM do Rio de Janeiro), as atividades de mediação e resolução de litígios civis e as atuações em episódios propriamente criminais têm envolvido sistematicamente o público, porém aquela parcela do público composta pelos menos favorecidos que utilizam os serviços ofertados pela polícia de uma forma mais universal.

⁹ Para uma discussão sobre a dimensão política dos processos decisórios policiais e seus impactos na vida dos cidadãos ver: Skolnick (1994 [1966]), Bittner (1974), Goldstein (1977), Muir Jr. (1977), Klockars (1985), Shearing (1992), Manning (1994, 2003) e Muniz e Proença Jr (2007a).

Há ainda uma outra marca distintiva desse saber que se mostra afim e interessado nos outros saberes tecidos na vida ordinária. Suas teoria e práticas alimentam-se do apego desmedido à minúcia, atualizam-se por uma espécie de obsessão pelo pormenor, pelo que se manifesta como singular. Este saber confeccionado pelos “executivos da esquina” pode ser apresentado como um saber invasivo, de certa forma bisbilhoteiro sobre o que seja a “natureza humana”, porque se ocupa dos mais despercebidos detalhes. Um saber do mundo sensível que se faz vigilante frente a tudo aquilo que possa adquirir algum relevo para o mapeamento dos indivíduos e de suas condutas. Um traço físico – qualquer um – adquire uma significativa importância para o PM que diariamente interage com as inúmeras almas anônimas que compõem a massa urbana. Um bigode, uma voz, um cheiro, uma cicatriz, um cabelo pintado, uma tatuagem, uma pantomima, um trejeito etc. fazem parte do escopo de atenção do saber policial que não só personaliza quem o detém, mas que também procura individualizar, até o limite, as pessoas sobre as quais debruça a sua suspeitosa observação.

Este é um saber com traços casuísticos, cujo apetite regulador diante das múltiplas e simultâneas causas que circunscrevem os fenômenos humanos, apóia-se em uma moral evolucionária que espera reduzir a complexidade social e generalizar-se por meio de uma espécie de sobre-determinação causal. Salvo exceções, todos policiais com os quais convivi nestes meus longos anos de pesquisa acha que já conheceu um “tipo parecido” com, conhece ou conhecerá aquelas pessoas que porventura se tornam objeto do seu olhar vigilante. Expressões do tipo “eu acho que te conheço”, “eu já te vi em algum lugar” ou “você está me lembrando alguém que eu conheço” são expressões deste modo de conhecer a, que se faz pelo controle da, realidade.

Não se trata de um “conhecimento de fato” tal como definido pelos cânones científicos, mas de um “conhecimento dos fatos”. Um tipo de saber empirista que prima pela oralidade e cuja teorização não reivindica autoria porque se faz coletiva no ato mesmo em que se enuncia. Ela acede à linguagem pelo alargamento das, e pela adesão doutrinária às, vivências compartilhadas. Esta forma de apreensão do mundo que pretende identificar o que está ou não dentro da “normalidade” desejada, necessita desenvolver uma memória prodigiosa que seja capaz de armazenar

uma coleção de pessoas, coisas, locais e situações já mapeadas. As histórias contadas pelos PMs a que tive acesso foram invariavelmente narradas como epopéias que descreviam, com riqueza de detalhes, os indivíduos, os seus nomes e vulgos, os lugares, os objetos, enfim, a “mecânica dos eventos”. Através de analogias e extrapolações, conecta-se aquilo que ainda se apresenta como desconhecido ou “suspeito” com o que já foi mapeado e classificado. Por esse percurso cognitivo, os PMs procuram reduzir a variedade de possibilidades de compreensão abertas pela infinidade de detalhes levantados a um conjunto finito de chaves interpretativas capazes de seguir orientando o seu campo de vigilância e a sua forma de atuação. Tudo isso orientado por um saber que se move por um projeto utilitário e finalístico: a produção de uma verdade a serviço da suspeição.

O saber policial extraído das ruas é, pois, um dispositivo que produz e afirma um tipo de poder do qual se espera que faça uso do “argumento de autoridade” por sobre a “autoridade dos argumentos” acionada pelos cidadãos em seus conflitos. Seus signos de distinção (uniforme, armamento, distintivo etc.) comunicam por antecipação a “chegada da polícia”, isto é, a presença de um **saber poder mais** para **saber fazer por menos** (com comedimento), que funciona como uma referência de verdade que se põe como anterior aos “fatos consumados” para servir como o fiel da balança aos atos em curso e sob intervenção.

É claro que o saber factual produzido pelos policiais corresponde a um modo de olhar que, como tantos outros olhares que capturam a vida cotidiana, possui algum domínio etnográfico do campo de observação a que ele, por ora, se dedica. Entretanto, esta forma de produção de verdade serve a propósitos radicalmente distintos daqueles que definem a antropologia como um campo científico de produção de conhecimento.

A narrativa nativa policial tem uma natureza e finalidade políticas que enviesam o seu modo de recortar a realidade: a tarefa de “policiar”. Enquanto a narrativa etnográfica, como teoria e método, busca refletir sobre a realidade fazendo aparecer os sentidos e significados das práticas e representações sociais, a narrativa policial traz consigo um projeto compulsório e prescritivo que ordena e classifica o mundo por meio de uma variante inquisitorial de “normalização” (FOULCAUT, 2005, 2008). Sua instrumentalidade responde a uma lógica de domesticação que se põe

a serviço de uma determinada ambição cognitiva – **vigiar para conhecer**. Sua missão primeira é a de **controlar para só então compreender**, incluindo e excluindo, de forma assimétrica e seletiva, os sujeitos, suas visões de mundo e suas práticas. Tudo isso, a partir de uma determinada “moralidade” comunitária que possibilita subordinar e negociar o que seja a “moral da estória” entre os atores sociais que se apresentam ao alcance do olhar policial.

Tem-se, pois, a fabricação de um modo de conhecer, um saber policial das ruas, cujo olhar vigilante, de certa forma panóptico, assenta-se sobre a expectativa de uma verdade substantiva. Uma verdade saída das regras morais do jogo social, que é apropriada e redefinida por um processo de particularização, que incorpora a singularidade de cada encontro com a polícia, para disciplinar as verdades situacionais trazidas pelos atores sociais em cada contexto interativo. De posse de certo um *status quo*, de um universo valorativo que acredita-se hegemônico ou monopolista, o saber policial, de natureza política e coercitiva, (re)afirma uma ordem, sua vontade de conhecer, classificando o mundo social pela distinção do que é “tolerável”, “aceito” e “normal”, daquelas formas de conduta interpretadas como “desviantes”, “suspeitas” e “criminosas”. Sua finalidade prática – “policiar”, volta-se para a produção de controle, mesmo que difuso e indireto.

A vontade de saber policial consiste no principal dispositivo para o saber-fazer e o saber-ser policiais. É a partir dela que o PM que patrulha o nosso quarteirão define as suas formas de inserção como agente da lei e da ordem e, por sua vez, os seus modos de decidir e agir. Buscar conhecer o que seja o saber policial construído nas ruas é uma tarefa de enorme relevância para que se possa compreender, de uma maneira mais fina, como se combinam as dinâmicas informais e formais de produção de saberes, as quais permitem apontar rumos para o processo corporativo de ensino e aprendizagem voltado para os policiais. Muito que do que se apresenta na fala dos policiais como uma resistência ao que lhes é ofertado nas instituições de ensino pode ser creditada ao desconhecimento ou descaso com o que eles vivenciam no seu cotidiano profissional. Quando os PMs com os quais convivi dizem que nos seus primeiros dias de trabalho logo aprendem a lição “esqueça o tempo na escola”, eles estão se referindo ao “choque de realidade”

que experimentam nas ruas. Este, por sua vez, deve ser compreendido como uma crítica aos modelos pedagógicos de “instrução” ou “adestramento” ainda adotados que seguem na contramão de uma formação policial continuada em sintonia com as alternativas de trajetórias policiais. Tais modelos tendem a negligenciar tanto os saberes prévios que os policiais possuem quanto sua capacidade de formulação de juízos críticos. Mais ainda, desconsideram o que sejam a natureza do trabalho de polícia e o exercício do seu mandato em sociedades democráticas. A costumeira ênfase normativa sobre “o que não se pode fazer” deixa a cargo dos próprios policiais a elaboração solitária dos conteúdos positivos sobre os “que”, os “porque”, os “como”, os “quando” e os “onde” que conformam os seus fazeres. Como resultado deste abandono intelectual, tem-se por um lado, policiais cada vez mais “escolarizados” e, por outro, policiais cada vez menos “educados” sobre o que de fato consiste a sua missão de “servir e proteger”.

REFERÊNCIAS

- BITTNER, Egon. The police in skid row. *American Sociological Review*, Aliso Viejo, v. 32, n. 5, p. 699-715, Oct. 1967.
- BITTNER, Egon. *The functions of the police in modern society*. Rockville: Center for the Study of Crime and Delinquency, 1970.
- BITTNER, Egon. Florence Nightingale in pursuit of Willie Sutton: a theory of the police. In: JACOBS, Herbert. (Ed.). *The potential for reform of criminal justice*. Beverly Hills: Sage, 1974. v. 3, p. 17-44.
- BITTNER, Egon. *Aspects of police work*. Boston: Northeastern University Press, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Ed. NAU, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GOLDSTEIN, H. *Policing a free society*. Cambridge: Ballinger Pub Co., 1977.
- GRAEF, Roger. *Talking blues: the police in their own words*. London: Collins Harvill, 1989.
- KLOCKARS, Carl B. *The idea of police*. London: Sage, 1985.
- KLOCKARS, Carl B. 9: Street justice: some micro-moral reservations on sykes. In: KAPPELER, Victor E. (Ed.). *The police and society: touchstone readings*. 3th ed. Prospect Heights: Waveland Press, 1999. p. 150-153. Originally published 1986.
- LIMA, Roberto Kant. *A polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1995.

MANNING, Peter K. Politics and metaphors in police studies. *Sociological Forum*, Wayne, v. 9, n. 4, p. 673-680, Dec. 1994.

MANNING, Peter K. *Policing contingencies*. Chicago: Chicago University Press, 2003.

MUIR Jr., Willian Ker. *Police streetcorner politicians*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

MUNIZ, Jacqueline. *Ser policial é sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da polícia militar do estado do Rio de Janeiro*. 1999. Tese (Doutorado) - IUPERJ, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JR., Domício. Da accountability seletiva à plena responsabilidade policial. In: CARUSO, H.; MUNIZ, J.; BLANCO, A. C. C. (Ed.). *Polícia, estado e sociedade: práticas de saberes latino-americanos*. Rio de Janeiro: PUBLIT, 2007a. p. 21-73.

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JR., Domício. Muita politicagem, pouca política, os problemas da polícia são. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 159-172, set./dez. 2007b.

MUNIZ, Jacqueline; SILVA, Washington França da. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 449-473, dez. 2010.

PROENÇA JR, Domício; MUNIZ, Jacqueline; PONCIONI, Paula. Da governança de polícia à governança policial: controlar para saber, saber para governar. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, ano 3, v. 5, p. 14-51, ago./set. 2009.

PUNCH, Maurice. *Control in the police organization*. Cambridge: The MIT Press, 1983.

REINER, Robert. *The politics of the police*. Toronto: University of Toronto Press, 1992.

SHEARING, Clifford D. Subterranean processes in the maintenance of power: an examination of the mechanisms coordinating police action. In: McCORMICK, Kevin R. E.; VISANO, Livy A. *Understanding policing*. Toronto: Canadian Scholars' Press, 1992. p. 349-369.

SKOLNICK, Jerome H. *Justice without trial*. 3th ed. New York: Macmillan College Publishing, 1994 [1966].

Bibliografia Consultada

BAYLEY, David H. *What works in policing*. New York: Oxford University Press, 1998.

BAYLEY, David H.; SHEARING, Clifford D. The future of policing. In: NEWBURN, Tim (Ed.). *Policing: key readings*. London: Willan Publishing, 2006. p. 715-732. Original work published 1996.

BAYLEY, David H.; SHEARING, Clifford D. *Democratizing police abroad*. Washington: National Institute of Justice, 2001.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BRODEUR, Jean-Paul. High policing and low policing: remarks about the policing of political activities. In: McCORMICK, Kevin R. E.; VISANO, Livy A. *Understanding policing*. Toronto: Canadian Scholars' Press, 1992. p. 277-297.

- CAIN, Maureen. Trends in the sociology of police work. In: McCORMICK, Kevin R. E.; VISANO, Livy A. *Understanding policing*. Toronto: Canadian Scholars' Press, 1992. p. 3-32.
- CHAN, Janet. B. L. *Changing police culture: policing in multicultural society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- DELATTRE, Edwin J. *Character an cops: ethics in policing*. Washington, D.C.: The AEI Press, 1996.
- ELLISTON, Frederick A.; FELDBERG, Michael. *Moral issues in police work*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1985.
- GELLER, William; TOCH, Hans (Ed.). *And justice for all: understanding and controlling police abuse of force*. Washington, D.C.: Police Executive Research Forum, 1995.
- KLEINIG, John. *Handled with discretion. ethical issues in police decision making*. Lanhan: Rowman & Littlefield Publishers, 1996.
- LUSTGARTEN, Laurence. *The governance of police*. London: Sweet & Maxwell, 1986.
- MANNING, Peter K. *Symbolic communication: signifying calls and the police response*. Cambridge: The MIT Press, 1988.
- McCORMICK, Kevin R. E.; VISANO, Livy A. *Understanding policing*. Toronto: Canadian Sholars' Press, 1992.
- MORGAN, Rod; NEWBURN, Tim. *The future of policing*. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- MUNIZ, Jacqueline; PAES-MACHADO, Eduardo. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 437-447, dez. 2010.
- NEOCLEOUS, Mark. *The fabrication of social order*. London: Pluto Press, 2000.
- NEWBURN, Tim (Ed.). *Handbook of policing*. London: Willan Publishing, 2003.
- PAIXÃO, Antonio Luiz. O 'problema da polícia'. In: COBRA, Beth. *Violência e participação política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995. p. 11. (Série Estudos, 91).
- PROENÇA JR, Domício; MUNIZ, Jacqueline. 'Stop or I'll call the Police!': the idea of police, or the effects of police encounters over time. *British Journal of Criminology*, Oxford, v. 46, n. 2, p. 234-257, Mar. 2006.
- SKOLNICK, Jerome H.; FYFE, James J. *Above the law: police and the excessive use of force*. New York: The Free Press, 1993.
- WALKER, Samuel. Science and politics in police research, reflections on their tangled relationship. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Philadelphia, v. 593, n. 1, p. 137-155, May 2004.
- WOOD, Jennifer; DUPONT, Benoit. *Democracy, society and the governance of security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.